

DOSSIÊ TEMÁTICO
Infância e Educação

A INFÂNCIA NO PROCESSO CIVILIZADOR

*Anilde Tombolato Tavares da Silva **

Resumo: O presente trabalho busca trazer alguns apontamentos em relação ao processo civilizador do sociólogo alemão Norbert Elias, principalmente no que se refere às relações de correspondência ocorridas entre as transformações sociais com as alterações na estrutura psicológica dos indivíduos, que incidem nos padrões de comportamento, para que possamos refletir sobre as contribuições da infância neste processo. Tomamos como base para este trabalho a obra **O Processo Civilizador**, na qual o autor faz uma análise histórica das mudanças que localizou no desenvolvimento da personalidade e das normas sociais no processo formador da civilização moderna para o presente. Entendendo a civilização como um processo contínuo e inacabado, apontamos a infância como um ponto crucial para a moldagem dos padrões de comportamento do indivíduo, visando o desenvolvimento da sociedade moderna.

Palavras-chave: Infância. Processo civilizador. Padrão de comportamento.

O presente trabalho busca trazer alguns apontamentos em relação ao processo civilizador do sociólogo alemão Norbert Elias e refletir sobre as contribuições da infância neste processo. Consideramos

* Doutoranda em Educação pela Unesp de Marília – SP. Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: anilde@sercomtel.com.br

esta uma empreitada ousada, já que o autor não teve o tema da infância como foco principal de suas obras, mas buscamos através da análise histórica do processo civilizador e das mudanças que Elias localizou no desenvolvimento da personalidade e das normas sociais no processo formador da civilização moderna para o presente, a fonte para a análise a que nos propomos.

Tomamos como base para este ensaio a obra **O Processo Civilizador**, principalmente, o primeiro volume: **Uma História dos Costumes**, que parte da origem do conceito de *civilité*, o qual, segundo Elias nasce com a sociedade cavaleiresca medieval e com a unidade da Igreja Católica, uma vez que os valores, atitudes, comportamentos e costumes são inter-relacionados nos ideais de uma nobreza armada e de uma igreja culta, pelo menos racionalmente, em sua forma de orientar o pensamento naquilo que era designado como o ideal de civilização. Os costumes ocidentais construídos e vivenciados até ali são os comportamentos construídos, entre outras coisas, do que se convencionou chamar de “civilização”. A civilização, que no sentido eliasiano, nasce na formação social da sociedade de corte e do seu ideal de conduta e vivência, na interdependência específica de um momento histórico em que se está formando o absolutismo europeu.

Nas suas obras, Elias busca explicitar a sua teoria dos processos de civilização, baseando-se nas relações sociais existentes na sociedade guerreira, feudal, de corte e absolutista, terminando no advento da sociedade burguesa, sempre mostrando as relações de correspondência ocorridas entre as transformações sociais e as alterações na estrutura psicológica dos indivíduos dessas sociedades. Para o autor, “a lembrança de que a cavalaria e a fé romano-latina representa uma fase peculiar da sociedade ocidental, um estágio pelo qual passaram todos os grandes povos do Ocidente, certamente não desapareceu” (ELIAS, 1994, p. 67).

Sua preocupação volta-se, principalmente, à produção do conhecimento sobre o passado, articulando a processos sociais mais amplos, como parte da construção de uma experiência histórica e social, que nada mais é do que a própria civilização. E como afirma Elias:

A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes distintos aspectos da mesma transformação de conduta que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança “civilizadora” do comportamento (ELIAS, 1993, p. 198).

O que o autor busca teorizar é um processo civilizador que comporta uma dimensão que é necessariamente coletiva e social, mas também uma dimensão particular e individualizada, que remete para a compreensão dos processos de introjeção das demandas e pressões sociais e coletivas. Elias nos sugere dois enfoques para a análise do processo civilizador, capazes de entender a construção social da civilização como uma forma específica e particular de configuração social, historicamente marcada, e que, conjuntamente, formam a teoria dos processos de civilização do autor: do ponto de vista da Psicogênese (plano psicológico individual) e da Sociogênese (plano onde ocorrem as relações sociais) .

Sendo assim, a civilização inscreve-se no campo das ações e decisões humanas, comportando um olhar sobre os indivíduos como construtores e construídos pela sociedade; ou seja, é possível afirmar que a civilização comporta um projeto de ordenação do mundo, quer para o presente, quer para o futuro, em que, no nosso entendimento, a infância tem um papel fundamental de construção da sociedade cada vez mais civilizada, à medida que “a vida delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e à modelagem específica que dão a nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos” (ELIAS, 1994, p. 145).

São essas demandas do processo civilizador que foca o olhar de Elias em direção a dois pontos centrais, capazes de aumentar o espaço de experiência das sociedades humanas: em direção ao passado e ao futuro. Um olhar que organiza o passado segundo os princípios

de uma narrativa que não deixa espaços vazios entre o passado e o presente, articulando eventos numa cadeia de causas e efeitos, que tendem a naturalizar aquilo que resultou de uma decisão, de uma escolha, dentre as possíveis aos homens enquanto seres históricos. Nesse sentido, o passado transforma-se num vir a ser do presente, uma afirmação da necessidade deste mesmo presente, apagando as lutas e tensões que resultaram nele.

Nesse projeto de civilização de que nos fala Elias, aprender o passado apreendendo-o é, para nós, parte do esforço de entender as alterações sofridas na estrutura psicológica dos indivíduos no decorrer do processo civilizatório e em suas relações com a “moderação das emoções espontâneas” e “controle dos sentimentos”, poderoso antídoto contra um risco sempre iminente de aproximar a experiência humana daquilo que seria seu contrário – a natureza associada à barbárie.

Buscando a compreensão da experiência humana na sociedade industrial, encontramos Krieken (1996), que ao argumentar sobre a autodisciplina na história da sociedade, cita Louis Mumford que ressalta a “mudança da mente”, a “reorientação dos desejos, hábitos e objetivos” que acompanharam a renição das sociedades européias “à máquina”.

Segundo este autor,

os teóricos da escola de Frankfurt desenvolveram este ponto extensamente com o argumento de que o capitalismo moderno racionalizado produz um tipo disciplinado particular de constituição psíquica – baseados em seu interesse em desenvolver uma dimensão psicológica para a teoria social através da integração da psicanálise e do marxismo (KRIEKEN, 1996, p. 154).

Ainda nos coloca que a história das sociedades ocidentais tem sido caracterizada pela crescente objetivação e disciplinarização da subjetividade, um ordenamento da alma sempre intensificado, que conjugado com uma crescente individualização tornou o indivíduo moderno completamente “autocontrolado”, “autista neutro” e “deprimido”. Busca em Marx a observação dos efeitos disciplinares

do trabalho fabril, a “compulsão cega” da utilização do trabalho e a emergência de uma classe trabalhadora que “por educação, tradição, hábito, vê as condições do modo (capitalista) de produção como leis naturais auto evidentes” (KRIEKEN, 1996, p. 154).

Foucault contribui nesta argumentação, à medida que aponta para uma das características definitivas da formação do estado europeu, desde o princípio do período moderno que foi

a transição de um poder de estado soberano, que operava negativamente pela colocação de limites e coerções, para um poder disciplinar descentralizado que penetra nossas almas, corpos e mentes, transformando-os ativamente e produzindo efeitos positivos que nos tornam a todos cidadãos autodominados (KRIEKEN, 1996, p. 155).

Assim como Foucault, Norbert Elias também vê a história social europeia em termos de transformação gradual da estrutura da personalidade, de uma intensiva dinâmica da “coerção para a auto coerção”, na qual a regulação do corpo humano, tanto quanto nossos impulsos, paixões e desejos são submetidos a um “processo civilizatório”. Para Krieken (1996, p. 156):

Elias explica tal processo em termos de uma crescente monopolização da violência que acompanhou o processo de formação do estado, dos efeitos de uma competição intensificada entre e intra grupos sociais característicos da economia de mercado, bem como de uma concomitante tendência histórica em direção à interdependência social crescente.

O ponto comum destes dois autores está na noção de que houve uma “socialização do eu”, uma transição da história europeia, de uma ordem social baseada na coerção externa (poder soberano, poder tradicional), para uma dependente da internalização da coerção (poder disciplinar, dominação racional) (KRIEKEN, 1996, p. 157).

Estudando a história dos costumes e a formação dos Estados nacionais como aspectos interdependentes do processo civilizatório,

Elias defendia que a civilização deve ser entendida como um processo contínuo e inacabado. Por isso, um dos objetivos de sua teoria é analisar a formação e as alterações sofridas na estrutura psicológica dos indivíduos, e, dessa forma, podemos apontar a infância como um ponto crucial para a moldagem dos padrões de comportamento, visando ao desenvolvimento da sociedade civilizada que, como o próprio autor nos afirma,

[...] nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso (ELIAS, 1994, p. 15).

O que propriamente quer nos dizer é explicado numa nota de rodapé, onde argumenta que o que cabe ser frisado é o fato de que, mesmo na sociedade civilizada, “nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social” (ELIAS, 1994, p. 15). E é nesse sentido que aponta a semelhança entre a estrutura dos sentimentos e consciência da criança com a das pessoas “incivis”, e, portanto, pressionada a se modelar conforme os padrões de comportamento exigidos pela sociedade civilizada.

Atualmente, o círculo de preceitos e normas é traçado com tanta nitidez em volta das pessoas, a censura e pressão da vida social que lhes modela os hábitos são tão fortes, que os jovens têm apenas uma alternativa: submeter-se ao padrão de comportamento exigido pela sociedade, ou ser excluído da vida num “ambiente decente”. A criança que não atinge o nível de controle das emoções exigido pela sociedade é considerada como “doente”, “anormal”, “criminosa”, ou simplesmente “insuportável” do ponto de vista de uma determinada casta ou classe e, em conseqüência, excluída da vida (ELIAS, 1994, p. 146, grifo nosso).

É possível, então, entender que a especificidade da teoria de Elias está na indissociabilidade entre o desenvolvimento das estruturas de personalidade e das estruturas sociais; ou seja, não se pode entender as transformações sofridas pelas sociedades separadamente das alterações ocorridas nas estruturas de personalidade dos indivíduos que as formam. Os conceitos de indivíduo e de sociedade não são antagônicos. O controle social altera a conduta ou o padrão de comportamento das pessoas, sendo lentamente transformado, de forma que passe a policiar o próprio comportamento. É o que Elias chama de “controle das emoções”, ou dos impulsos e paixões dos indivíduos que se constitui num dos resultados dos processos de civilização.

Para Elias o autocontrole e o superego são precisamente o produto final dos efeitos das coerções externas sobre a psique humana, de uma rede de interdependência ou das coerções exercidas pelos adultos sobre as crianças. A maioria das crianças é moldada dentro de uma conformidade, com um certo padrão, pela coerção externa ou compulsão (KRIEKEN, 1996, p. 159).

O controle das emoções e o próprio autocontrole são faces do policiamento do comportamento quando já está internalizado no indivíduo. À medida que a criança vai sendo condicionada desde a mais tenra idade a controlar suas emoções, contribui no processo de civilização da sociedade e vai delineando os padrões de comportamento, ou

um conjunto de regras presentes na nossa estrutura psicológica e de práticas cotidianas de convívio social. O padrão de comportamento produz, por sua vez, patamares para as emoções humanas, acima dos quais, sentimentos como a vergonha, o embaraço e repugnância, por exemplo, se explicitam (BRANDÃO, 2000, p. 125).

É neste conjunto de regras do padrão de comportamento que a infância se insere, criando um conjunto de regras na estrutura

psicológica e das práticas cotidianas de convívio social. Lembrando que aquilo que consideramos inteiramente natural é porque “somos adaptados e condicionados a esse padrão social desde a mais tenra infância e teve no início que ser lenta e laboriosamente adquirido para a sociedade como um todo” (ELIAS, 1994, p. 82).

A criança até os meados do século XIX era tratada como um “adulto em miniatura” e não se fazia qualquer distinção de tratamento, ou de comportamento entre o adulto e a criança. Os sentimentos de vergonha e nojo não tinham a mesma conotação que têm na sociedade atual. “O grau de comedimento e controle esperado pelos adultos entre si não era maior do que o imposto às crianças” (ELIAS, 1994, p. 146). Hoje percebemos que a criança tem de atingir, em curto espaço de tempo, o nível avançado de vergonha e nojo que demorou séculos para se desenvolver. O padrão que está emergindo em nossa fase de civilização caracteriza-se por uma profunda discrepância entre o comportamento dos chamados “adultos” e das “crianças” (ELIAS, 1994, p. 145).

No século XIX, segundo Elias, novos modos são inculcados, do adulto para a criança, através de um discurso verbal, na repetição de comportamentos, na implantação de novos sentimentos. A socialização modifica-se pouco a pouco, passa por mudanças lentas e conscientes realizadas pelos adultos durante séculos, para uma doutrinação rápida e silenciosa e que passa a fazer parte da vida das crianças desde muito cedo. Nenhuma justificativa é oferecida à maioria delas; a cortesia tornou-se absoluta e objetivo a se alcançar. Nas sociedades modernas, a socialização da maioria das crianças automaticamente inculca e reprime um sentimento indispensável para o controle das emoções do indivíduo: a vergonha.

A infância é um universo de várias emoções e sentimentos que vão se fundindo para contribuir na formação do adulto inserido no processo civilizador. A vergonha, um dos sentimentos discutidos por Elias, foi o instrumento que a família e a escola usaram para conduzir a repressão das emoções na civilização moderna.

Embora Elias tenha feito uma análise clara sobre a vergonha n’**O Processo Civilizador**, não foi este o elemento chave de sua argumentação e da sua teoria. Aproveitamos aqui, no entanto, seu reconhecimento da aplicabilidade da análise da vergonha para o problema do controle social inserindo nesta argumentação o papel central que este sentimento representa como ferramenta de disciplinamento da infância.

A infância marca o início deste processo de inculcação do sentimento de vergonha e do controle, juntamente com a família e a escola, e se intensifica, na medida em que o padrão de conduta da sociedade é transferido do adulto para a criança, ou “imposto por elementos de alta categoria social aos seus inferiores, ou, no máximo, aos seus socialmente iguais” (ELIAS, 1994, p. 142) Na busca de explicitar o papel da família como retransmissora de padrões sociais e de controle dos instintos de sua prole, Elias se remete ao momento histórico em que a família ganha importância:

Só relativamente mais tarde, quando a classe burguesa compreendendo um maior número de pares sociais, torna-se a classe superior, governante, é que a família vem a ser a única – ou, para ser mais exata, a principal e dominante – instituição com a função de instilar controle dos impulsos. Só então a dependência social da criança face aos pais torna-se particularmente importante como alavanca para a regulação e moldagem socialmente requeridas dos impulsos e das emoções (ELIAS, 1994, p. 142).

É através desse processo regulador e modelador da família e do adulto sobre a criança que se determinam e criam-se as regras para os sentimentos. Elias vai documentando mudanças graduais, mas de caráter inexorável e usa de estudos dos manuais que contribuíram na imposição de padrões de comportamento e se instalaram de forma silenciosa sobre a confiança de costumes, de estilos; de identidade sobre o respeito, a honra, o orgulho e sobre os sentimentos de vergonha, repugnância e embaraço de cada sociedade.

Exemplo deste processo é o estudo que faz da obra: **Da civilidade em crianças** (*De civilitate morum puerilium*) de Erasmo de Roterdam, um trabalho dedicado pelo holandês a um menino nobre, filho de príncipe e escrito para a educação de crianças. Este manual

[...] assinala também, no tocante a essas áreas, um ponto na curva de civilização que representa, por um lado, uma notável elevação do patamar de vergonha, em comparação com a época precedente, e, por outro se confrontando com tempos mais recentes, uma liberdade na referência a funções naturais, uma “falta de vergonha”, que para a maioria das pessoas que adotam o padrão atual pode, a princípio, parecer incompreensível e não raro “embaraçosa” [...] é muito claro que esse tratado tem precisamente a função de cultivar sentimentos de vergonha (ELIAS, 1994, p. 140).

Presenciamos isto, ainda hoje, na forte influência do cristianismo em nossos padrões de comportamento que repassamos a nossos filhos, a exemplo da referência à onipresença do “anjo da guarda”, usada até hoje como justificativa para o controle dos impulsos da criança e como instrumento para condicionar alguns padrões de comportamento e reprimir o prazer, de acordo com a conduta social. É comum ver os pais ou professores repreender a criança com frases: “O anjinho da guarda não gosta que você faça isto” ou “O anjo da guarda não vai mais te proteger se você agir deste jeito”.

O manual escrito por Erasmo trata de um assunto muito simples: o comportamento de pessoas em sociedade – e acima de tudo, do decoro corporal externo. As razões higiênicas e de saúde receberam mais ênfase neste processo, para obter maior grau de controle dos impulsos e das emoções. Cabe ressaltar que essas razões passaram a “desempenhar um papel importante nas idéias dos adultos sobre o que é civilizado” (ELIAS, 1994, p. 140) sem a percepção da sua relação com o condicionamento das crianças que está em processo.

O autor ainda analisa a obra como

[...] um mundo e um estilo de vida que, em muitos aspectos, [...], assemelha-se muito ao nosso, embora seja ainda bem remoto em outros. O tratado fala de atitudes que perdemos, que alguns de nós chamaríamos talvez de ‘bárbaras’ ou ‘incivilizadas’. Fala de muitas coisas que desde então se tornaram impúblicáveis e de muitas outras que hoje são aceitas como naturais (ELIAS, 1994, p. 69).

Elias nos mostra que o Tratado funciona como um indicador de um novo padrão de vergonha e repugnância que começa a se formar lentamente na alta classe secular, principalmente pela via da educação da criança e que este sentimento é uma função social modelada segundo a estrutura social em que

grande parte do que chamamos de razões de “moralidade” ou “moral” preenche as mesmas funções que as razões de “higiene” ou “higiênicas”: condicionar as crianças a aceitar determinado padrão social (ELIAS, 1994, p. 153).

É só pensar em como as crianças lidam com a sexualidade e com o corpo na sociedade atual e como lidavam no passado.

Outro comportamento que exemplifica isto é o fato de que se comermos com as mãos, em determinada situação, é condenável, uma vez que incorporamos, enquanto segunda natureza, comer com a faca e com o garfo, de uma maneira natural. Jogar o que é considerado lixo, como restos de comida, no chão, da mesa de onde se come, como se fazia no século XIII, é interpretado hoje em dia como sinal de “barbarismo”, de “incivilização”, já que esta atitude de falta de higiene pode ser considerada responsável por atrair insetos portadores de doenças. Percebe-se o quanto o higienismo foi responsável por mudanças de algumas atitudes e que passam a se incorporar desde a infância para a garantia da “civilidade” de uma população.

A sociedade está, aos poucos, começando a suprimir o componente de prazer positivo de certas funções mediante o engendramento da ansiedade ou, mais exatamente, está tomando

esse prazer “privado” e “secreto” [isto é, reprimindo-o no indivíduo], enquanto fomenta emoções negativamente carregadas – desagrado, repugnância, nojo – como os únicos sentimentos aceitáveis em sociedade. Mas exatamente por causa desse aumento da proibição social de muitos impulsos, pela sua “repressão” na superfície da vida social e na consciência do indivíduo, necessariamente aumenta a distância entre a estrutura da personalidade e o comportamento de adultos e crianças (ELIAS, 1994, p. 147).

A nós é ensinado desde a infância a nos comportar, a agir conforme um padrão socialmente estabelecido, o que gera uma estruturação de formação afetiva. Nossa estrutura mental, então, incorpora gestos e movimentos concretos, a ponto de esquecermos a nossa natureza animal e chegarmos mesmo a estranhá-la em outros momentos históricos e em nós mesmos e criamos o que Elias considera como segunda natureza. Condenamos atitudes de povos que viviam sobre a sujeira em suas ruas, como na Idade Média, quando as condições de higiene não atendiam ao ideal de padrão atual, entretanto, reproduzimos o mesmo padrão de sujeira, após uma grande festa pública, como comícios ou shows e não estranhamos estes comportamentos. Ao olharmos a história de nosso povo, encontramos atitudes nas quais nos reconhecemos e tantas outras que não seríamos capazes de nos reconhecer nelas.

Em data tão recente como o século XVII, o garfo era ainda basicamente artigo de luxo da alta classe, geralmente feito de prata ou ouro. O que achamos inteiramente natural, porque fomos adaptados e condicionados a esse padrão social desde a mais tenra infância, teve, no início, que ser lenta e laboriosamente adquirido e desenvolvido pela sociedade como um todo. Isto não se aplica menos a uma coisa pequena e aparentemente insignificante como um garfo do que às formas de comportamento que nos parece mais importantes (ELIAS, 1994, p. 82).

Hoje já não discutimos mais o comportamento à mesa, apenas reproduzimos o padrão de conduta para nossos filhos. Por volta dos

seis meses de vida, quando a criança começa a aprender a comer sozinha, sua primeira natureza faz levar à boca o alimento pelas mãos. Como no nosso padrão de atitudes já incorporadas isto é considerado um comportamento incivilizado, adiamos a autonomia da aprendizagem natural da criança em se alimentar e seguimos com o processo de iniciação ao mundo civilizado dos talheres até mais ou menos dezoito meses de vida; ou seja, a mãe leva o alimento à boca do seu filho até que ele tenha coordenação motora para segurar o talher e levar o alimento à boca sozinho.

Os padrões e condutas mudam ao mesmo tempo em que muda a afetividade, diria, talvez, que isto acontece concomitantemente, sem podermos definir o que muda primeiro. E a iniciação aos padrões de comportamentos civilizados continua, ao ensinar a criança a tomar banho, a não andar nua, a diferenciar-se do sexo oposto pelas atitudes ou vestimentas masculinas ou femininas, a não poder tocar nos seus órgãos sexuais diante de outras pessoas. São mostras de que o que está acontecendo é uma mudança de grau de afetividade, que resulta em uma mudança de estrutura cognitiva de aprendizado das emoções, já na infância.

O maior ou menor desconforto que sentimos com pessoas que discutem ou mencionam suas funções corporais mais abertamente, que ocultam ou restringem essas funções menos que nós, é um dos sentimentos dominantes no juízo de valor “bárbaro” ou “incivilizado”. Tal, então é a natureza do “mal-estar” que nos causa a “incivilização” ou, em termos mais precisos e menos valorativos, o mal-estar ante uma diferente estrutura de emoções, o diferente padrão de repugnância ainda hoje encontrado em numerosas sociedades que chamamos de “não-civilizadas”, o padrão de repugnância que precedeu o nosso e é sua precondição. Surge a questão de saber como e por que a sociedade ocidental moveu-se realmente de um padrão para outro, como foi “civilizada” (ELIAS, 1994, p. 72).

“Civilização” e “incivil”, como nos afirma Elias (1994, p. 169), são estágios de um mesmo processo que não constituem antítese de

juízos de valor entre o bem e o mal, certo ou errado. O nosso comportamento “civilizado” pode causar embaraços para as futuras gerações. Imaginemos daqui a trezentos anos, talvez nossos descendentes ao olharem para nós, nos vejam da mesma forma que hoje olhamos para os padrões de comportamentos da Idade Média, sem nos reconhecermos neles. “Dividir uma cama com pessoas estranhas ao círculo familiar fica cada vez mais embaraçoso.” Torna-se mais comum que na mesma família cada um tenha sua cama e hoje já percebemos uma tendência imposta pela privacidade, que cada um tenha seu próprio quarto.

Desde cedo as crianças são treinadas nesse isolamento dos demais, com todos os hábitos e experiências que isto traz. Só se lembrarmos como parecia natural na Idade Média que estranhos, crianças e adultos compartilhassem a mesma cama é que poderemos compreender que mudanças nos relacionamentos interpessoais se manifestam em nossa maneira de viver. E reconhecer como está longe de axiomático que a cama e o corpo devam formar essas zonas de perigo psicológicas, como acontece na fase mais recente da civilização (ELIAS, 1994, p. 169).

Entretanto, a simples constatação não resolve o padrão de um novo comportamento, o que é necessário é entender como se dá esta transformação em pequenas atitudes cotidianas e historicamente construídas, a fim de contextualizarmos os vários aspectos da infância no processo civilizatório.

A “civilização” que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado ou que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento. Resta saber se a mudança em comportamento, no processo social da “civilização”

do homem, pode ser compreendida, pelo menos em fases isoladas e em seus aspectos elementares, com qualquer grau de precisão (ELIAS, 1994, p. 73).

Os costumes estão enraizados nas sociedades de tal maneira que não nos cabe julgar se são “civilizados” ou não, o que interessa é saber como eles são importantes e necessários exatamente da maneira como aparecem. Há alguns anos, seria “normal” em nossa sociedade irmos até a praia e deixarmos um rastro de sujeira atrás de nós. Hoje, nos últimos vinte anos, talvez, o mesmo ato desperta em algumas pessoas um sentimento de repulsa e de “incivilização”. Durante o processo não percebemos totalmente todas as nuances, entretanto, elas se dão no cotidiano, em pequenas atitudes que podem revelar grandes compreensões de uma série de aspectos que elegemos como importantes. As relações humanas tomam formas, se moldam, a partir da estrutura social em que estão envolvidas, gerando o comportamento que passa a ser incorporado ou não.

Nem sempre pode nossa consciência, sem hesitação, recordar essa outra fase de nossa própria história. Perdeu-se para nós a franqueza despreocupada com que Erasmo e seu tempo podiam discutir todas as áreas de conduta humana. Grande parte do que ele diz ultrapassa nosso patamar de delicadeza (ELIAS, 1994, p. 72).

As crianças eram ensinadas, há trinta anos, que a água era um recurso inesgotável, pois o processo de evaporação das águas dos rios transformava-se em chuva e assim completava-se o ciclo inesgotável da água. Hoje as crianças estão sendo ensinadas a mudar este comportamento, já que a água é um recurso escasso e está acabando, podendo comprometer a vida do planeta. A infância contemporânea já adquiriu esse novo comportamento e as nossas crianças já demonstram atitudes simples que expressam nas atividades escolares, através de desenhos, cartazes, ao aprender a fechar a torneira depois de usar, a não desperdiçar água ao tomar banho, a se manifestar ao

ver um rio próximo de sua casa poluído. Ainda não são comportamentos que se naturalizaram entre os indivíduos da nossa sociedade, mas já apontam para este fim.

Enfim, podemos perceber que não há radicalização abrupta nas formas de mudanças comportamentais para as quais os tempos históricos exigem de determinadas relações humanas figurações em uma formação social cuja dimensão é variável. O equilíbrio de tensões será responsável por modelar as dependências recíprocas entre os indivíduos. Mas, percebe-se que as relações, no que se refere à infância, sofreram transformações

e só agora, na era que tem sido chamada “o século da criança”, surge o entendimento de que, dado o aumento da distância entre uns e outros, crianças não podem se comportar como adultos que lentamente iriam penetrando no círculo familiar com os apropriados conselhos e instituições pedagógicas (ELIAS, 1994, p. 169).

Tem início aí a preocupação da sociedade com a educação da criança – para modelá-la ao processo civilizador – de acordo com os padrões de comportamento aceitos no mundo dos adultos. A educação escolar tem seu papel fundamental, juntamente com a família, para a continuidade do processo civilizador, que vai se construindo, na medida em que o indivíduo, desde a infância, passa a ter um novo padrão de comportamento, ou uma estrutura psicológica com novas características, atuando de maneira diferente na sociedade, ajudando a modificar as relações sociais nela existentes. É uma relação de correspondência constante e histórica entre as estruturas psicológicas e sociais, que vão passando de geração a geração, e assim formando o processo civilizador de Norbert Elias.

INFANCY IN THE CIVILIZER PROCESS

Abstract: The present work intends to discuss some issues concerning the civilizer process of the German sociologist, Norbert Elias. Specifically, the contributions of childhood as they relate to the corresponding relations which occurred between social changes and psychological structure alterations of individuals affecting patterns of behavior, so that we can think about the contributions of childhood for this process. We base this study on the work entitled **The Civilizer Process**, in which the author makes a historical analysis of the changes in the development of personality and social rules in the formation process of modern civilization for the present. Understanding civilization as an unfinished and ongoing process, we point out childhood as a crucial feature for the modeling of patterns of behavior of the individual for the development of modern society.

Keywords: Childhood. Civilizer Process. Behavior Pattern.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Fonseca. **A teoria dos processos de Civilização de Norbert Elias:** o controle das emoções no contexto da psicogênese e da sociogênese. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Unesp de Marília, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** A formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **O processo civilizador.** Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.

KRIEKEN, Robert van. A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina e o eu. **Plural**, São Paulo: USP (Sociologia), n. 3 p. 153-180, 1. sem. 1996.